

## Pauta para 19 de junho

# ACT PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

## ***Organização reforça pedido de mudança da lei para proibir fumo em ambientes fechados***

A Aliança de Controle do Tabagismo – ACT -- é uma das organizações que estará na audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, no próximo dia 19, às 9:30. O objetivo é debater questões ligadas ao tabagismo, tais como os custos de atendimento e tratamento de doenças provocadas ou agravadas pelo consumo do cigarro e as medidas adotadas para o controle do tabagismo, entre elas o projeto de lei que proíbe o fumo em ambientes fechados, públicos ou privados.

Além da ACT, também estarão presentes representantes do Ministério da Saúde, da Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional de Câncer e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A audiência pública será no Plenário 7 da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Para a ACT, é importante debater as questões relacionadas ao tabagismo e ter uma lei mais restritiva, que proíba fumar em ambientes fechados: *“Proibir o fumo em ambientes fechados protege a saúde não só dos frequentadores desses locais, mas especialmente dos que aí trabalham, já que passam mais de oito horas expostos à poluição tabagística ambiental”*, diz Daniela Guedes, representante da ACT na audiência pública, que acrescenta: *“Além de tudo, é um anseio da população brasileira, comprovada em pesquisas de opinião”*.

## **PESQUISA DATAFOLHA REVELA QUE BRASILEIROS QUEREM PROIBIÇÃO TOTAL DO FUMO EM AMBIENTES FECHADOS**

De fato, a proibição do fumo em ambientes fechados é um desejo da população brasileira, verificado em pesquisa do Instituto Datafolha, a pedido da ACT, que entrevistou, entre os dias 26 e 27 de março de 2008, 1.992 pessoas acima de 18 anos, sendo 77% não fumantes e 23% fumantes, em 120 municípios nas regiões sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste do país.

A grande maioria da população brasileira, 88%, é contrária ao fumo em locais fechados, e 82% são totalmente contra. É interessante observar que 80% dos fumantes são contrários ao fumo em locais fechados, sendo que 69% são totalmente contra.

A rejeição ao fumo é mais forte em restaurantes (89%) e lanchonetes (86%). Casas noturnas e bares apresentam um pouco mais de tolerância que os dois primeiros (72% e 71%, respectivamente), mas mesmo assim o índice é alto.

A pesquisa Datafolha também perguntou sobre a mudança da lei 9294/96, que propõe a proibição total do fumo em ambientes fechados: dois terços (68%) são favoráveis ao projeto de lei. A indústria do tabaco tenta barrar modificações na lei e dissemina o mito segundo o qual a frequência a estes locais vai cair e gerar perdas econômicas. Mas esta tese é derrubada pelos dados encontrados na pesquisa. Perguntados sobre a possibilidade de proibição do fumo nos quatro ambientes pesquisados (bares, restaurantes, lanchonetes e casas noturnas), 88,5% dos entrevistados disseram que sua frequência a estes locais não mudará (63,5%) ou será maior (25%).

A pesquisa mostra que a população brasileira tem conhecimento sobre os problemas que o fumo causa à saúde, tanto de fumantes quanto de não fumantes. Quase a totalidade dos entrevistados acredita que o fumo em locais fechados causa muitos prejuízos à saúde, mesmo em quem não é fumante (83%).

## **BRASILEIROS TAMBÉM APÓIAM AUMENTO DE IMPOSTOS E PREÇOS SOBRE PRODUTOS DE TABACO**

Na pesquisa, também se verificou que a maioria da população brasileira é favorável a um aumento de impostos sobre produtos de tabaco: 63% dos entrevistados concordam com a medida, independente de sexo, idade, escolaridade e classe social.

Quando perguntados se os impostos pagos pela indústria de tabaco deveriam ser destinados à área de saúde, a concordância é ainda maior: 88% dos entrevistados são favoráveis à iniciativa.

O economista Roberto Iglesias, da PUC-Rio, fez uma análise sob pedido da ACT que derruba um dos principais mitos divulgados pela indústria do tabaco: o de que aumentar preços e impostos sobre cigarros estimula o comércio ilegal. No estudo, feito entre 1991 e 2008, Iglesias mostra que o preço real atual dos cigarros está 20% abaixo do que era praticado em dezembro de 1993, período em que os cigarros eram os mais caros nesta análise.

Segundo a ACT, com inflação e aumento do poder de compra do consumidor, os cigarros estão mais acessíveis.

De acordo com o estudo da ACT, em janeiro de 2008 a relação IPI – Classe I/ Preço do cigarro IBGE estava em 23,45%. O IPI- Classe I era R\$ 0,619 e o preço médio do cigarro Classe I era, segundo o IBGE, de R\$ 2,64. Caso a relação IPI-Classe I/Preço do cigarro fosse elevada a 30%, uma proposta razoável para um produto com tantos efeitos nocivos sobre a saúde, demandaria um aumento de 28% do imposto. Isto teria um impacto de aproximadamente 22% no preço ou talvez um pouco menos, mas o mais importante, do ponto de vista da saúde pública, é que o preço real voltaria aos níveis de dezembro de 1993. Já do ponto de vista tributário não há nada a temer. Esse aumento de imposto de 28% por cada maço de cigarro da classe I reduziria o consumo em 10%, tendo um potencial muito alto de aumentar a arrecadação tributária do IPI – cigarro: estima-se uma percentagem próxima de 20%.

Esta estimativa está de acordo com a da OMS, que prevê que um aumento de 70% no preço do tabaco poderia prevenir um quarto de todas as mortes relacionadas ao tabagismo em todo o mundo. Um aumento de 10% poderia causar uma queda de 4% no consumo em países de alta renda e de 8% nos de baixa e média rendas, com a receita provenientes dos impostos subindo.

## **O RELATÓRIO MPOWER DA OMS**

No início do ano, a Organização Mundial da Saúde lançou sua primeira análise mais abrangente sobre os esforços no controle do tabagismo e faz um alerta: apenas 5% da população mundial vivem em países com adoção de medidas-chaves que reduzem as taxas do tabagismo.

O documento também revela que os governos, na maioria dos países, recolhem 500 vezes mais dinheiro nos impostos sobre produtos de tabaco a cada ano do que gastam em esforços de controle do tabagismo. Isso mostra que o aumento dos preços e impostos sobre tabaco, a estratégia mais efetiva, pode ser significativamente empreendida em todos os países, fornecendo uma fonte de fundos sustentáveis para implementar e reforçar a abordagem recomendada pela OMS. Além do aumento de preços e impostos, os outros pontos que a entidade destaca são:

- Proteger as pessoas contra a fumaça do tabaco.
- Monitorar o uso do tabaco e as políticas de prevenção.

- Oferecer ajuda para cessação.
- Advertir sobre os riscos à saúde.
- Reforçar a proibição de propaganda, promoção e patrocínio pelas empresas de tabaco.

Para mais informações, entre em contato com nossa assessoria de imprensa:

**São Paulo**

Acontece Comunicação  
Chico Damaso ou Monica Kulcsar  
(11) 3873-6083 / 3871-2331  
[acontece@acontecenoticias.com.br](mailto:acontece@acontecenoticias.com.br)  
[chicoacontece@uol.com.br](mailto:chicoacontece@uol.com.br)

**Rio de Janeiro**

Anna Monteiro  
(21) 3311-5640 / 8152-8077  
[Anna.monteiro@actbr.org.br](mailto:Anna.monteiro@actbr.org.br)

**Salvador**

Daniela Guedes  
(71) 3374 1384 / 9134 7897  
[danielaguedes@actbr.org.br](mailto:danielaguedes@actbr.org.br)